

Avaliação da aprendizagem no ensino superior

uma visão do aluno

Cristiane Brito
José Albertino de Carvalho Lordelo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BRITO, C., and LORDELO, JAC. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: uma visão do aluno. In TENÓRIO, RM. and VIEIRA, M.A., orgs. *Avaliação e sociedade* : a negociação como caminho [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 253-272. ISBN 978-85-2320-934-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste livro, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este libro, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CRISTIANE BRITO | JOSÉ ALBERTINO DE CARVALHO LORDELO

Avaliação da aprendizagem no ensino superior

Uma visão do aluno

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a avaliação em suas diversas esferas é imprescindível para auxiliar que ela ocorra de forma coerente e adequada em sua totalidade. Assim, discutir sobre o ato de avaliar se torna necessária em campos diferenciados. Aqui destacaremos a avaliação da aprendizagem, mas especificamente a que ocorre no Ensino Superior, e como toda avaliação apresenta polêmicas e opiniões diversas sobre o essa etapa do processo ensino-aprendizagem e o seu real objetivo. Teóricos, professores, alunos – todos envolvidos no contexto educacional – apresentam suas visões e levantam muitas indagações sobre a prática avaliativa e a veracidade dos resultados obtidos.

Segundo Vasconcellos, o ato de avaliar não pode ser deixado de ser discutido, pois

a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (2000, p. 44)

Com isso, podemos perceber que a avaliação tem uma grande complexidade, visto que está permeada de subjetividade do ser humano e que acaba interferindo no processo avaliativo e, conseqüentemente, nos resultados obtidos. Nesse sentido, propor uma reflexão da avaliação em suas diversas formas, etapas, modalidades etc. é pertinente. A avaliação da aprendizagem no Ensino Superior também está dentro dessa realidade e, além disso, merece uma atenção, pois poucos autores se dedicaram estudá-la. A restrição dos estudos é muito maior quando se pensa em questionar a opinião do aluno sobre a avaliação da qual eles fazem parte, mesmo sabendo que o estudante é um dos atores principais da educação.

Junto a isso, Godoy (2003) ressalta que a sala de aula de graduação é pouco utilizada como objeto de estudo, o que prejudica a reflexão sobre a qualidade do ensino nesse nível da educação; logo, isso interfere nas iniciativas para a capacitação dos professores universitários referentes à melhoria da didática no ensino do terceiro grau. Hoffmann (1999, p.138) ainda observa que o modelo que se instala em cursos de formação é o que vem a ser seguido pelos professores que exercem o magistério nas escolas e universidades.

Desta forma, fica clara a real necessidade de uma dedicação sobre o tema apresentado, visto que uma avaliação aplicada de forma inadequada com estudantes de graduação não apenas lhes prejudica como, também, atinge os futuros educandos que serão formados por esses universitários. Faz-se necessário uma tomada de consciência de toda comunidade acadêmica a respeito de uma prática avaliativa de qualidade nesse nível de ensino, afinal estamos tratando da formação de formadores. Para Sordi (2000, p. 239), a avaliação, como aliada da aprendizagem, parece importante subsídio para qualificar e solidificar as bases do ensino superior e os processos relacionais que neles interferem. Se não investirmos na edificação de um contexto de relevância para que os estudantes se apercebam do significado das experiências concretas e dos conteúdos a que são expostos, dificilmente os teremos como parceiros na aventura de conhecer.

Nessa perspectiva, envolver o educando no processo avaliativo e entender sua percepção sobre o ato de avaliar é o primeiro passo para realizar uma avaliação aliada à aprendizagem do aluno e que certamente servirá de auxílio para melhorar a prática na sala de aula.

No sentido de atender a discussão proposta, o artigo vai trazer algumas reflexões sobre a avaliação da aprendizagem. Nesse momento, vamos destacar uma breve trajetória histórica, ressaltando a avaliação participativa, haja vista as necessidades do contexto educacional atual, no qual o estudante tem a oportunidade de se envolver nas decisões referentes ao processo avaliativo.

Em seguida, apresentaremos algumas reflexões sobre processo de Avaliação da Aprendizagem na graduação relacionado com a formação do professor quando se fala de avaliar nesse nível de ensino. Também, deta-

lharemos como a pesquisa foi estruturada, a metodologia adotada e como os resultados obtidos foram analisados. Por fim, os resultados da investigação serão apresentados e analisados, dando ênfase às questões referentes à participação do aluno nessa etapa do processo ensino-aprendizagem.

REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Para entender o atual processo avaliativo em relação à aprendizagem é necessário fazer um breve resgate histórico sobre a avaliação no contexto educacional. Como estamos tratando mais especificamente da participação do estudante no que se refere à avaliação, vamos apresentar a trajetória histórica da avaliação apresentada por Guba e Lincoln¹. No início dos anos 90, esses dois autores norte-americanos fizeram uma análise muito relevante e destacaram os cem anos de existência de uma avaliação sistemática. Os autores apresentam quatro gerações na avaliação que iremos apresentar em seguir, mas vamos destacar a quarta geração, visto que suas características englobam a nossa discussão.

A primeira geração considera a avaliação como medida e o avaliador têm o papel técnico de elaborar testes previamente validados e de mensurar o que está sendo avaliado. A segunda geração está relacionada à taxionomia dos objetivos (mencionado anteriormente). O papel do avaliador é um papel de descrição, ele descreve critérios e padrões. Ao descrevê-los, ele está preparando o instrumental para comparar o desempenho com os objetivos.

A terceira geração passou a considerar a avaliação como julgamento. Na educação se revela na ideia de que o avaliador é um juiz e o juiz faz um juízo de valor. Verifica se aquelas ações estão condizentes com uma determinada visão de mundo.

Em relação a essas três gerações apresentadas, os estudos de Guba e Lincoln fazem a uma crítica desses modelos. Junto a isso, eles trazem a avaliação como um processo de negociação, essa concepção de avaliação faz uma crítica mais específica à terceira geração, pois apresenta a avaliação enquanto julgamento, o que para eles pressupõe um tipo de autoritarismo embutido no processo de avaliação.

Ainda segundo os autores, a avaliação como um processo de negociação é um movimento novo que caracteriza esse processo de transição, e comunicar, negociar são elementos fundamentais nesse contexto atual, afinal todo mundo negocia, cada um tem que negociar no mundo do trabalho, com a comunidade, no espaço familiar e em todas as etapas do processo educativo.

O papel do avaliador é de negociador, por meio de um processo de comunicação, que define previamente os critérios, os objetivos, as estratégias de avaliação que será realizada. Nesse processo, o avaliador tem que envolver os diversos segmentos interessados no objeto que está sendo avaliado e no final precisa divulgar os resultados obtidos, além de disseminar os resultados para que os mesmos tenham efeito em toda a comunidade envolvida. Essa geração pressupõe uma avaliação que envolva todos os atores incluídos no processo, e no caso específico dessa pesquisa procuramos perceber e analisar a visão dos alunos dos cursos de licenciatura da UFBA em relação à avaliação. Assim, a pesquisa abre um espaço de discussão a partir da percepção de estudantes que são ou possivelmente serão docentes e que vão exercer uma prática no processo avaliativo na sala de aula.

Além disso, quando o docente abre um espaço para discutir com o estudante os objetivos da avaliação e mostra ao aluno como ele está se desenvolvendo por meio do processo avaliativo, torna-se mais fácil colocar em prática a avaliação que vai além da mensuração, pois visa sempre aprimorar a aprendizagem do avaliando e abrir possibilidades para novas descobertas.

Segundo Haydt (1997), “a participação dos sujeitos envolvidos no ensino e na aprendizagem é imprescindível para manter a coerência e a coesão necessárias ao correto funcionamento do processo educativo”. (apud MÉNDEZ, 2002, p. 57). Sant’anna (1995, p. 27) também acredita que:

A avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professores e alunos, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos. O aluno não será um indivíduo passivo; e o professor, a autoridade que decide o que o aluno precisa e deve saber. O professor não irá apresentar

verdades, mas com o aluno irá investigar, problematizar, descortinar e, pelos erros, identificar as melhores alternativas para superá-los.

Hadyt (1997) e Sant’anna (1995) propõem uma prática pedagógica participativa, e a avaliação faz parte dessa prática. Assim, o estudante não deve ficar de fora das decisões referentes às avaliações realizadas do seu curso. Os autores ainda acreditam que, por meio da aliança entre estudante e professor, a aprendizagem se tornará mais efetiva e de qualidade. Essa aliança passa também por uma negociação, visto que abre espaço para discussão e a participação dos sujeitos envolvidos nas práticas avaliativas.

Demo (2004, p. 66) também caminha por essa mesma percepção quando que ressalta a avaliação participativa e afirma que

o avaliando precisa entender como se dá o processo avaliativo: em particular precisa estar esclarecido sobre os critérios de avaliação, qual o enfoque avaliativo que privilegia dimensões mais que outras, que pressupostos teóricos e práticas estão em jogo.

Méndez (2002, p. 15) amplia essa discussão e faz referência à necessidade da participação de todos do contexto educacional na avaliação, destacando professor e aluno “não como meros espectadores, ou sujeitos passivos ‘que respondem’, mas que reagem e participam das decisões que são adotadas e que lhes afetam”. Nesta concepção, o autor observa que não apenas o aluno deve participar das decisões sobre a avaliação, mas também o docente que, muitas vezes, apenas reproduz formas de avaliar sem questionar qual é a função da avaliação e a forma que deve utilizá-la como um elemento para melhorar sua prática na sala de aula.

Entretanto, não podemos considerar que uma prática avaliativa que caminha por um processo participativo é algo muito fácil de ser efetivado. Ainda não temos uma cultura para perceber e realizar uma avaliação que abra espaço para uma negociação integral, ainda temos traços de uma avaliação que se restringe a medir. Isso não significa que essa prática seja impossível de ser aplicada, pois percebemos na avaliação hoje discussões e

algumas vezes práticas que passeiam por um processo de avaliação democrática e participativa, mesmo com tantos desafios a serem superados.

Nessa perspectiva, Demo (2004, p. 66) faz uma ressalva quanto à aplicação da democracia na avaliação; para ele, “é necessário às características técnicas e que supõe tirocínio profissional e reconhecimento normativo do avaliador através de processos oficiais de avaliação”. Ou seja, a responsabilidade de avaliar o aluno cabe, sobretudo, ao docente, afinal ele é o profissional que na sua formação deve ser capacitado para realizar essa atribuição; todavia, isso não significa que o professor deve utilizar o autoritarismo para excluir a participação do educando no processo de decisões.

Observamos que o cuidado na formação dos futuros docentes em relação à avaliação precisa de uma atenção especial, pois não basta propor uma prática avaliativa que contemple essa percepção se não uma discussão de como essa proposta pode ser efetivada na prática. Afinal, pensar em uma avaliação na qual o aluno tem a oportunidade de participar das decisões referentes ao processo avaliativo é algo ousado e que foge as atuais “regras”, mas é uma oportunidade para o estudante escapar de uma avaliação que esteja pautada exclusivamente no aprovar ou reprovar.

AValiação DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR

Discutimos um pouco as concepções de avaliação da aprendizagem que abarcam todos os níveis ensino, não excluindo o Ensino Superior. Não obstante, poucos teóricos se debruçaram para pesquisar, especificamente, a prática avaliativa na graduação, embora seja necessária dar uma atenção especial a essa dimensão educacional. Como afirma Hoffmann (1999, p. 137), considerando urgente e essencial o repensar sobre a avaliação da aprendizagem na Universidade, pela sua condição de formadora de professores que irão atuar nas escolas. Ainda nessa linha de pensamento, Vasconcellos (2000, p. 84) lembra que:

as experiências que os futuros educadores têm no seu processo de formação são decisivas para suas posturas posteriores, na prática

da sala de aula. Há, portanto, necessidade que esses educadores tenham já na sua formação uma nova prática em termos de avaliação. Apesar de teoricamente não se aceitar mais o ‘faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço’, no cotidiano dos cursos de formação é isto que se observa também em relação à avaliação, ou seja, os futuros professores recebem uma série de conceitos bonitos sobre como deve ser a avaliação de seus alunos, mas é avaliado no esquema bem tradicional. Assim, quem trabalha com a formação acadêmica dos novos professores tem também um compromisso de mudar a prática de avaliação dos mesmos.

Assim como Vasconcellos e Hoffmann acreditam que os graduandos vão reproduzir as formas com que são avaliados com os seus futuros alunos. Ludke e Salles (1997, p. 187) também ressalta que os estudantes trazem marcas da forma com que foram avaliados no ensino fundamental e médio. Ou seja, se uma mudança de postura não for adotada, “o ciclo da avaliação” vai continuar; os professores das universidades vão reproduzir as maneiras que foram avaliadas, os alunos da graduação vão adotar o mesmo procedimento da avaliação do seu curso quando exercerem a docência e a maioria dos docentes vai permanecer adotando práticas de uma avaliação que vivenciou. É importante destacar que esse processo não é completamente linear e que algumas mudanças ocorrem ao longo do processo, mas na maioria das vezes esse processo é muito lento.

Para mudar em alguns aspectos “o ciclo da avaliação”, é imprescindível promover transformações: é preciso discutir sobre o processo avaliativo nas salas de aula de formação de professor, mudar a forma de avaliar os universitários; pensar na inclusão do tema avaliação da aprendizagem nos currículos dos cursos de licenciatura; apresentar aos futuros professores outras possibilidades de avaliar o aluno e, por fim, mostrar a avaliação como aliada da educação. Essas são algumas formas para começar a modificar o cenário da avaliação no sistema de ensino.

Hoffmann (1999, p.154) considera que “o maior desafio no Ensino Superior é favorecer a descoberta pelos professores do significado da avaliação mediadora para a formação do profissional competente”.

Daí a necessidade de abrir debates sobre a avaliação no Ensino Superior, sobretudo nas salas de aula, para mostrar ao discente o sentido de avaliar, principalmente, porque existe uma carência de discussão sobre o tema nos cursos de licenciatura. Os estudantes não têm oportunidade de debater sobre o assunto e ampliar suas visões em relação à avaliação e saem da faculdade, muitas vezes, com o mesmo conceito de avaliação com que entraram na graduação e acabam reproduzindo o que praticaram durante sua formação educacional.

Para Ludke e Salles (1997 p.170),

[...] os professores das diferentes áreas da educação superior, com exceção da área de pedagogia, passam a integrar o corpo docente dessas instituições e outras exigências formais, sem terem recebido nenhuma preparação especial para o trabalho docente, a não ser aquela relativa à sua especificidade [...]. Apenas aqueles que passaram por curso de licenciatura, para se tornarem professores de 1 e 2 graus, receberam alguma preparação específica, ainda que muito discutível, para exercer o magistério. Os demais o exercem, portanto, de maneira inteiramente improvisada, apoiando-se provavelmente nas reminiscências de sua própria história como aluno, nas lições oferecidas pela experiência que vão desenvolvendo ou na de colegas mais vividos. Há também, para uma pequena parte desses professores, a possibilidade de receber alguma formação para o magistério em curso de mestrado e doutorado e, em casos ainda mais raros, em curso de especialização ou de atualização dedicadas a essa formação.

Como a avaliação faz parte da prática pedagógica, existe uma carência de discussão deste assunto nas universidades. Um exemplo são os cursos de licenciatura da UFBA; os graduandos não têm componentes curriculares específicos referentes ao tema avaliação e acabam tendo uma ideia superficial do processo avaliativo. E não basta comentar sobre esse tema nos cursos de formação de professores, os futuros docentes precisam entender questões sobre o ato de avaliar como: o que é, como realizar, para que serve, quando aplicar, o que fazer com os resultados etc. – possibilitando assim uma reflexão mais ampla sobre a prática avaliativa e

[...] Isso requer base teórica, para evitar que se resuma a questão a um simples movimento de modernizar as técnicas avaliativas pela apropriação acrítica das novidades, sem que estas abalem as concepções filosóficas que efetivamente fazem diferença na forma de selecionar as estratégias e os conteúdos da avaliação; no modo de coletar, interpretar, refletir sobre os resultados da avaliação e comunicá-los aos alunos e extrair desses dados subsídios indispensáveis para a revitalização da práxis pedagógica (SORDI, 2000 p. 242)

Aplicar uma avaliação coerente e efetiva requer uma discussão ampla e constante sobre a temática, envolvendo toda comunidade acadêmica. Assim, não se corre o risco de ser adotada uma avaliação descomprometida com a aprendizagem do aluno e que futuramente servirá de justificativa para o insucesso dessa prática avaliativa. Tentando contribuir na discussão, o presente artigo tem como objetivo central analisar e comparar as percepções sobre a avaliação da aprendizagem nos alunos de três cursos de licenciatura de três áreas diferentes da UFBA.

METODOLOGIA E PERFIL DA AMOSTRA

Para atender o objetivo proposto, a pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa e utilizou como instrumento para coleta de dados um questionário, o qual incorporou questões abertas onde o sujeito dispunha de liberdade para opinar sobre variados temas relacionados com a avaliação da aprendizagem. A pesquisa foi realizada ao longo do segundo semestre de 2005² e os sujeitos foram estudantes de semestres avançados dos cursos de licenciatura de Matemática, Biologia e História da UFBA. Estes cursos foram escolhidos propositadamente para representar as áreas de exatas, biológicas e humanas, respectivamente.

No questionário, a primeira parte reuniu as variáveis demográficas e outros dados relativos ao perfil do aluno. Em seguida, as categorias de análises foram desdobradas em indicadores/itens e agrupadas em blocos, mensuradas por meio da escala Likert. A cada bloco ou categoria, o entrevistado dispunha de espaço aberto para fazer comentários alusivos ao tema.

As assertivas foram elaboradas a partir de um quadro teórico, sendo divididas em grupos para facilitar o levantamento dos dados. A codificação e tabulação dos dados foram realizadas no SPSS e as informações obtidas foram analisadas em forma textual e apresentadas em gráficos e tabelas para facilitar a compreensão do estudo comparativo.

A amostra final foi constituída com o total de 85 estudantes, sendo 30 alunos de Matemática, 29 de Biologia e 26 de História, o que corresponde a 35,3% , 34,1% e 30,6%, respectivamente. Os graduandos estavam distribuídos entre o quarto e o décimo semestre, sendo o maior percentual entre o sétimo e oitavo semestres, correspondendo a 51,7%. A amostra representa os alunos que já têm um período de vivência no meio acadêmico e que estão envolvidos mais intensamente com as discussões referentes ao processo educacional e a atuação do profissional de licenciatura nos ambientes escolares.

Um dado muito pertinente obtido na pesquisa está relacionado à experiência com docência. Entre os alunos que participaram da pesquisa, 54,8% já foram ou são professores, contra 45,2% que nunca deram aula.

A grande maioria dos estudantes (69,8%) que não teve experiência com docência planeja dar aula; apenas 1,9% dos discentes não querem exercer o papel de professor. Esses dados revelam que os estudantes são ou serão os educadores do sistema de ensino brasileiro e, por isso precisam discutir e entender o sentido da avaliação da aprendizagem.

O QUE OS ESTUDANTES PENSAM SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Nas tabelas seguintes estão apresentadas as percepções dos estudantes, por curso, sobre a avaliação da aprendizagem. Os dados foram coletados na forma de médias, a partir do grau de concordância dos alunos com assertivas/afirmativas; quanto mais próximo de cinco, maior o grau de concordância; opostamente, quanto mais próximo de um, menor o grau de concordância.

Com um valor significativo (3,41), os graduandos mostraram acreditar que avaliação existe porque é uma tradição no sistema de educação

(Tabela 1); nesse item os discentes apresentam opiniões semelhantes sobre a assertiva. Segundo um estudante de História, “a avaliação é excludente, é feita ainda por uma espécie de tradição. Existe todo um receio em mudar ou transformar os métodos”.

Em contrapartida, na Tabela 1, os universitários concordaram que o resultado da avaliação é uma oportunidade para o professor refletir como é dado o conteúdo (4,08); através desta reflexão, o docente aprimora suas metodologias em sala de aula, conforme expressa um aluno de Biologia: “a avaliação direciona o professor sobre o andamento da turma e pode levantar novas estratégias de ensino-aprendizagem”. Os dados referentes a essa assertiva mostram que existe uma concepção de avaliação como aliada da educação. Neste sentido, Hoffmann (2001, p.10) afirma que “uma avaliação reflexiva auxilia a transformação da realidade avaliativa”. Como foi apresentado anteriormente, entender a avaliação como orientação para desenvolver uma aprendizagem mais significativa entre os alunos é um passo essencial para aprimorar a prática avaliativa.

QUADRO 1: Opinião dos alunos

Assertivas	Mat	Bio	His	Total
O resultado da avaliação é uma oportunidade para o professor refletir como é dado o conteúdo.	3,79	4,14	4,35	4,08
O professor deve dar um "feedback" ao aluno sobre o seu desempenho	4,43	4,83	4,64	4,63
A avaliação é importante para o aluno prestar atenção nas aulas	3,10	2,79	2,44	2,80
A avaliação ajuda o indivíduo enfrentar uma sociedade competitiva	3,38	2,68	2,92	2,99
Os professores sempre deveriam discutir os resultados da avaliação com os alunos.	4,57	4,76	4,65	4,66
Existe um clima de pressão em cima dos alunos quando vão ser avaliados.	4,00	4,61	4,31	4,30
A avaliação exerce função de controle dos professor sobre a turma	3,53	3,10	3,32	3,32

Fonte: Pesquisa de campo com os alunos de graduação da UFBA

Na assertiva “O professor deve dar um *feedback* ao aluno sobre o seu desempenho”, o grau de concordância chegou a 4,63. Nessa questão fica claro que os estudantes já apresentam uma consciência de que o professor precisa comunicar os resultados, precisa abrir espaços para discutir os dados obtidos na sala de aula. Ainda seguindo essa visão, os graduandos concordaram (4,66) que os professores sempre deveriam discutir os resultados da avaliação com os alunos (Tabela 1).

Destoando dessa percepção de possibilidade de negociação e discussão dos resultados, os estudantes concordaram que, nas vésperas da avaliação, existe um clima de pressão sobre os alunos, tendo uma média elevada de 4,30, segundo dados demonstrados na Tabela 1. Essa opinião é mais forte entre os discentes de Biologia, a média equivale a 4,61. Não obstante, quando a afirmação é “a avaliação exerce função de controle do professor sobre a turma”, a média de concordância dos graduandos baixa (3,32), e, coincidentemente, os alunos de Biologia são os que menos concordaram com a assertiva, com uma média de 3,10. Os dados revelam que a avaliação da aprendizagem ainda é vista como instrumento de ameaça e poder, o que inviabiliza consideravelmente a possibilidade de participação dos estudantes no processo avaliativo. Essa relação dificulta a prática de uma avaliação formativa, pois altera o verdadeiro sentido de avaliar. Luckesi faz uma crítica à avaliação como instrumento de poder, pois

a prática das pedagogias preocupadas com a transformação deverá está atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos (1998, p. 32).

A avaliação é importante para o aluno prestar atenção nas aulas: nessa assertiva os universitários discordaram da afirmação (2,80) Tabela 1. A média mais elevada foi detectada entre os discentes de Matemática (3,10) contra 2,44 entre os graduandos de História, que não concordaram com essa ideia. No entanto, vale ressaltar que alguns estudantes expressaram sua opinião a favor dessa questão; como afirmou um aluno de Biologia: “a avaliação é importante para pressionar os alunos que estão desinteressados pelo sistema

de ensino”. Ainda em defesa dessa ideia outro aluno do curso de Matemática colocou: “eu acho necessário haver avaliação, pois é uma maneira do aluno ficar estimulado para estudar”. Os comentários apresentados fortalecem a ideia de utilizar a avaliação como ameaça e que alguns alunos ainda têm resquícios do sistema tradicional de educação.

Os estudantes de Matemática acreditaram que a avaliação ajuda o indivíduo a enfrentar uma sociedade competitiva, tendo uma média mais elevada (3,38) do que os alunos de História e Biologia, que não concordaram com a afirmação. Já na assertiva “a prova é importante para o aluno desenvolver habilidades para concursos”, os discentes de História concordaram mais que os alunos de Biologia e Matemática, com a média de 3,77. Trazer essa discussão para avaliação é pertinente, pois muitas vezes é apresentado um discurso de que a prova é inadequada em qualquer momento e acaba descartando esse instrumento em qualquer situação e colocando ele no lugar de vilão no processo avaliativo.

Em se tratando de nota, os discentes não acreditaram que ela represente domínio de conteúdo ou que seja proporcional à sua aprendizagem (Tabela 2), as médias referentes a esses itens foram baixas, 2,74 e 2,85, respectivamente. Os alunos do curso de Matemática foram os que mais concordaram com essas afirmações, tendo uma média acima de 3, enquanto os estudantes de Biologia e História apresentaram uma média abaixo de 3. Um discente de Biologia acrescentou um comentário sobre a validade das notas: “as notas dependem do estado emocional do aluno, sorte de ter estudado mais o que caiu, também, pode ter adquirido por meio ilegal: *cola*”.

É verificado na Tabela 2 que os estudantes de História não são muito favoráveis à matrícula por *escore*, não considerando a mesma justa. Os universitários dos cursos de Biologia e Matemática demonstraram ter uma maior aceitação em relação ao procedimento de matrícula da UFBA, com uma média de 3,24 e 3,62, respectivamente. Vale ressaltar que o curso de História não utiliza *escore* como forma de seleção da matrícula dos alunos.

Um dado positivo apresentado entre os estudantes é referente à assertiva: “Já parei para pensar porque sou avaliado” (Tabela 2). Em todos

os cursos a média foi alta, mostrando que os graduandos já refletiram sobre o processo de avaliação da aprendizagem e qual é a sua finalidade. Segundo Hoffmann (2001, p.10), “a avaliação reflexiva auxilia a transformação da realidade avaliativa”. Dalben (2004) acredita que, por meio da reflexão, o docente cria novas possibilidades de práticas e novos conhecimentos. Os dois autores revelam a importância de refletir sobre a prática avaliativa, sendo uma iniciativa para transformar o cenário de uma avaliação inadequada e sem objetivos definidos.

QUADRO 2: Opinião dos alunos

Assertivas	Mat	Bio	His	Total
Boas notas significam domínio de conteúdo.	3,14	2,45	2,62	2,74
A matrícula da UFBA por score é justa.	3,62	3,24	2,12	3,02
Já parei para pensar porque sou avaliado.	3,79	3,79	3,60	3,73
Concordo com a forma que sou avaliado.	2,97	2,38	2,62	2,65
A avaliação deveria ser abolida da educação	2,34	2,11	2,00	2,16
Caso seja professor avaliarei os meus alunos da mesma forma que sou avaliado.	2,31	2,45	2,54	2,43

Fonte: Pesquisa de campo com os alunos de graduação da UFBA

“A avaliação deveria ser abolida da educação”. Nessa assertiva, as médias apresentadas foram baixas nos três cursos, ou seja, os universitários discordaram com a ideia de excluir a avaliação do sistema de ensino (Tabela 2). Alguns comentários foram destacados sobre a assertiva, como disse um aluno de História: “a avaliação deve existir sim; além dela ser processual, o professor deve negociar a avaliação com cada turma”. Outro discente do mesmo curso acrescentou: “não concordo que a avaliação deve ser retirada do processo educacional, porém existem muitas formas de avaliar o aluno, e o professor deveria diversificar os métodos utilizados”. Os relatos deixam claro que os educandos realmente dão valor à avaliação da aprendizagem, mas acreditam que o processo avaliativo precisa romper com características que não sejam centradas na qualidade da aprendizagem do educando. Segundo Demo (2004, p. 07)

não se pode abandonar a avaliação, porque estaríamos deixando o processo de aprendizagem correr solto, sob o risco constante de não só saber o que está ocorrendo com os alunos, mas principalmente de não cuidar da aprendizagem efetivamente.

Os estudantes dos três cursos demonstraram sua insatisfação em relação à forma que são avaliados, nessa assertiva as médias apresentadas foram menor que 3 (Tabela 2). Os futuros docentes enfatizaram esse desprazer em relação aos procedimentos de avaliação da aprendizagem quando discordam com a assertiva: “Caso seja professor, não avaliarei os meus alunos da mesma forma que sou avaliado”. Ou seja, insatisfeitos com o processo de avaliação do seu curso, os discentes pretendem utilizar outras formas de avaliar quando estiverem no papel de professor; como coloca um estudante de Matemática: “não concordo com a forma que sou avaliado, e não costumo reproduzir o que não acho coerente, certo, com os meus alunos”.

Embora os universitários revelem que não pretendem avaliar seus alunos da mesma forma que são avaliados, Ludke e Salles (1997, p. 187) afirmam que “a grande maioria dos professores parece avaliar seus alunos com base no que foi praticado com eles em seu tempo de aluno e na troca de experiência com colegas”. Hoffmann (1999, p. 138) também acredita que: “muito mais forte que qualquer influência teórica que o aluno desses cursos possam sofrer, a prática vivida por ele enquanto estudante passa a ser o modelo segundo quando professor”. Ou seja, embora a teoria seja de essencial importância para fundamentar a prática, esta por sua vez tem um significado marcante na vida do educando.

Diante dos resultados de algumas assertivas apresentadas, percebemos que existem percepções da avaliação que abrangem as quatro gerações apresentadas por Guba e Linchn. De forma mais específica, percebemos que existe na prática, de forma muito tímida, a negociação e a participação dos estudantes no processo avaliativo. Contudo, os futuros docentes apresentaram uma percepção mais avançada em relação a essa prática avaliativa participativa, o que demonstra que existe um espaço de reflexão entre os graduandos sobre a avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que a avaliação da aprendizagem no Ensino Superior precisa de uma atenção especial, sobretudo porque os universitários serão os futuros profissionais da educação e provavelmente vão adotar práticas de avaliar condizentes com as vivenciadas no seu processo de formação.

Refletir sobre o ato de avaliar é uma oportunidade de mudança de postura frente a uma prática avaliativa que muitas vezes tem como principal objetivo medir o conhecimento dos alunos. Assim, entender essa etapa da educação como possibilidade de melhorar a didática na sala de aula e como aliada do ensino-aprendizagem é essencial para transformar o cenário de uma avaliação que tem como finalidade, exclusivamente, fundamental, aprovar ou reprovar.

Entretanto, para colocar em prática uma avaliação que ultrapasse essa concepção faz-se necessário esclarecer o sentido do processo avaliativo para que todos envolvidos na educação possam, também, adotar procedimentos na avaliação que realmente tenham a intenção de cuidar da aprendizagem do discente. Contudo, adotar uma prática avaliativa diferenciada é um grande desafio, pois não se trata de aplicar uma avaliação desestruturada, é preciso pensar em uma avaliação que cumpra um papel com responsabilidade e que tenha um compromisso com qualidade da educação.

Com base nos resultados obtidos, percebe-se uma distinção de opiniões entre os estudantes. Os estudantes de Biologia, em muitos momentos, foram os que mais revelaram ter uma concepção de avaliação somativa. Os discentes de Matemática apresentaram mais “conservadores” quando se tratava da veracidade da nota e da importância que ela revela para a avaliação. Em História, os graduandos levantaram muitos questionamentos em relação ao objetivo de avaliar e fizeram crítica ao sistema atual em que são avaliados os estudantes. Em algumas assertivas foi possível perceber que os universitários ainda apresentam visões de uma avaliação utilizada como ameaça e como instrumento de poder. Entretanto, a pesquisa também revelou que os discentes, ainda que timidamente, vêem a avaliação

como um recurso a ser utilizado a favor da educação e apresenta oportunidade do professor refletir sobre sua prática de ensino.

A carência da formação do professor no terceiro grau em relação à avaliação da aprendizagem foi um ponto destacado na pesquisa, pois prejudica a prática dessa etapa da educação e acaba refletindo em outros níveis de ensino. Essa deficiência é uma oportunidade para aprofundamento teórico em estudos posteriores, tornando-se uma possibilidade para reflexão sobre o tema e em paralelo realizar uma avaliação dos componentes curriculares dos cursos de formação de docentes referente ao tema abordado. Além disso, abrir espaços para discutir estratégias de envolver o educando nas decisões da prática pedagógica é uma oportunidade de aliar professor e aluno na busca para melhorar o processo ensino-aprendizagem; para isso, é essencial perceber a avaliação como instrumento norteador e que vai auxiliar a caminhada na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- MÉNDEZ, Juan Manuel Alvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de classe e avaliação. Respectivos na gestão pedagógica da escola**. São Paulo: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- GODOY, Arilda Schmidt. Ambiente de ensino preferido por alunos do terceiro grau. In: MOREIRA, Daniel Augusto (Org.). **Didática no ensino superior: técnicas e tendências**. São Paulo: Pioneira Zhonson Learning, 2003. p. 115 -127
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 15 ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- _____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LÜDKE, Menga; SALLES Mercêdes M. Q. Porto. Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior. In: LEITE, Denise B.C.; MOROSINI, Marília (Orgs.) et al. **Universidade Futurante: produção do ensino e inovação**. Campinas: Papirus, 1997. p.169 – 200.

MÉNDEZ, Juan Manuel Alvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SORDI, Mara Regina Lemes De. Avaliação da aprendizagem universitária em tempos de mudança: a inovação ao alcance do educador comprometido. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugênia L.M. (Orgs.) et al. **Pedagogia Universitária: a aula em foco**. Campinas: Papirus, 2000. p. 231 – 248.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

NOTAS

- 1 A discussão das gerações da avaliação proposta por Guba e Linchn foi apresentada na disciplina Avaliação Educacional da Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A aula foi ministrada pelo professor Dr. Robinson Tenório no dia 14 de agosto de 2007.
- 2 Embora os dados da pesquisa tenham sido coletados nesse período, eles ainda podem ser considerados atuais, visto que após esse período não houve nenhuma mudança significativa na estrutura curricular desses cursos de licenciatura, assim como não houve nenhuma mudança nas políticas voltadas para avaliação da aprendizagem no Ensino Médio e no Ensino Superior.